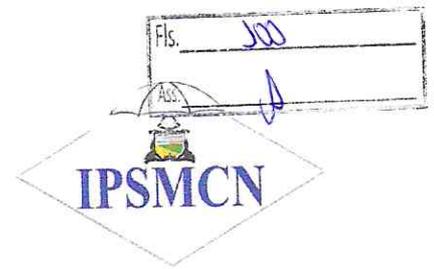




**ESTADO DO MARANHÃO
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO
MUNICÍPIO DE COELHO NETO.**



PROCESSO: Nº 006/2019

PARECER: 27/2019

**REQUERENTE: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE
COELHO NETO/MA**

ASSUNTO: DISPENSA DE LICITAÇÃO – AQUISIÇÃO DE MÓVEIS.

EMENTA: CONTRATAÇÃO DIRETA COM FULCRO NO ARTIGO 24, II, DA LEI DE LICITAÇÕES. AQUISIÇÃO DE MÓVEIS. INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL. POSSIBILIDADES ATENDIDAS À TOTALIDADE DE EXIGÊNCIAS FORMAIS INERENTES AO PROCEDIMENTO.

I- RELATÓRIO

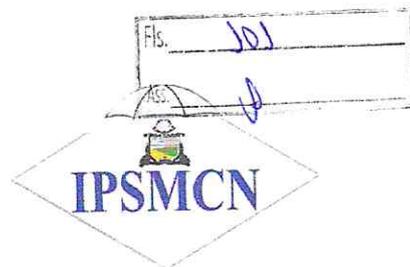
Os presentes autos foram submetidos a esta Assessoria Jurídica para emissão de parecer acerca da possibilidade de contratação da empresa **MAY MÓVEIS EIRELI**, para a aquisição de móveis que visa atender as necessidades administrativas do Instituto de Previdência Social do Município de Coelho Neto/MA - IPSMCN, mediante processo de dispensa, conforme constante na Justificativa da Contratação (fls. 18).

II- FUNDAMENTOS JURÍDICOS

O Parecer Jurídico em processos licitatórios tem a função de analisar à legalidade do procedimento, bem como os pressupostos formais da contratação,



ESTADO DO MARANHÃO
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO
MUNICÍPIO DE COELHO NETO.



ou seja, avaliar a compatibilidade dos atos administrativos produzidos no processo de contratação pública com o sistema jurídico vigente.

A exigência para o procedimento licitatório está prevista no artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal e regulamentada pela Lei nº 8.666/93.

Conforme se verifica no presente processo de dispensa de licitação, o valor a ser contratado é inferior a R\$ 17.600 (dezesete mil e seiscentos reais). E assim sendo, o art. 24, II, da Lei 8.666/93 assevera o seguinte:

Art. 24. É dispensável a licitação:

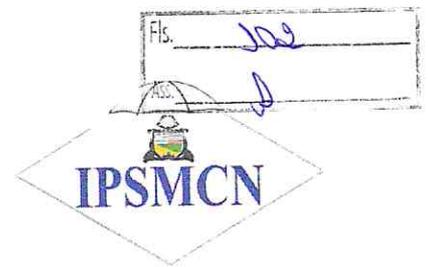
.....
II – para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea “a”, do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

Vale ressaltar que a alínea “a” do inciso II do artigo anterior mencionado na norma citada imediatamente acima é a modalidade licitatória “carta convite”, cujo valor limite é até R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais) e, portanto, sendo dispensável a licitação na contratação cujo valor seja de até 10% (dez por cento) de R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais), conforme dispõe o Decreto nº 9.412, de 18 de junho de 2018, que atualiza os valores das modalidades de licitação de que trata o artigo 23 da lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Sempre que haja possibilidade de concorrência, sem prejuízo ao interesse público, deverá haver licitação. A contratação direta, sem realização do prévio certame licitatório, somente é admitida em caráter excepcional, nas hipóteses trazidas na própria lei. Tais situações, contudo, configuram-se em exceções à regra geral. A licitação é regra, a contratação direta é exceção.



ESTADO DO MARANHÃO
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO
MUNICÍPIO DE COELHO NETO.



Em que pese a obrigatoriedade de realização de procedimento licitatório, a nossa Carta Magna reconhece a existência de exceções à regra ao efetuar a ressalva dos casos especificados na legislação, quais sejam a dispensa e a inexigibilidade de licitação.

A contratação direta será possível, desde que haja conformidade com o objetivo constitucional e com os princípios de igualdade e a proposta mais vantajosa ao interesse público.

Nessa situação, embora seja viável a competição, a Lei faculta à administração pública dispensar a licitação devido ao baixo valor de contratação. Assim, a legislação autoriza que se reduzam as formalidades prévias às contratações pela administração pública.

No entanto, para que a contratação direta mediante dispensa fundamente-se no inciso II do art. 24 da Lei de Licitações, e que não haja nenhum vício no ato, a despesa decorrente do serviço não poderá ser fracionada, o valor a ser pago deve referir-se ao montante total da contratação.

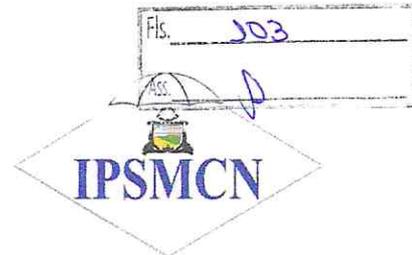
Dessa forma conclui-se, portanto, que o valor de R\$ 17.350,00 (dezesete mil, trezentos e cinquenta reais) deste processo de dispensa está dentro dos limites legais.

III- CONCLUSÃO

Por todo o exposto, manifesta-se esta Assessoria Jurídica **favoravelmente** pela contratação direta da empresa **MAY MÓVEIS EIRELI**, via dispensa licitatória, para a aquisição de móveis que visa atender as necessidades administrativas do Instituto de Previdência Social do Município de Coelho Neto/MA, **no valor total de R\$ 17.350,00 (dezesete mil, trezentos e cinquenta reais)**, por ter sido a proposta ofertada mais vantajosa ao interesse público.



ESTADO DO MARANHÃO
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO
MUNICÍPIO DE COELHO NETO.



Este é o parecer, s.m.j.

Coelho Neto- MA, 31 de julho de 2019.


Nara Katiúscia Gomes Lima
Assessoria Jurídica do IPSMCN
Portaria nº 493/2018
OAB-PI 12480